

# Proposta do grupo dos 32 pode trazer consenso



Após receber o «Projeto Hércules» do senador Richa (C), Bernardo Cabral (D) passa-o a Arinos

## Projeto Hércules propõe regime parlamentarista a partir de 88

O Projeto Hércules, um texto com 269 artigos de autoria do Grupo dos 32, liderado pelo senador José Richa, caracteriza-se por seu aspecto conservador. No texto entregue ontem, ao relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), ficaram de fora a estabilidade no emprego, a jornada de trabalho de 40 horas semanais e a equivalência de proventos entre ativos e aposentados, no capítulo dos Trabalhadores, teses defendidas pela esquerda e constantes do atual texto em discussão no plenário da Constituinte. O texto não estabelece também a reserva de mercado, nem a imissão imediata da posse para fins de reforma agrária. O texto é reticente quanto à duração do mandato do presidente Sarney, mas propõe o parlamentarismo como regime de governo, fixando a sua instalação para o dia 15 de março de 1988.

• **Estabilidade:** O Projeto veda apenas a demissão arbitrária. Cai o conceito de estabilidade plena.  
• **Jornada de Trabalho:** A jornada volta a ser de 48 horas semanais ou oito horas diárias no mínimo.  
• **Férias:** Cai a remuneração em dobro e as férias são de 30 dias.

• **Aposentadoria:** O texto não equipara os salários de ativos e inativos, prevendo reajustes nas aposentadorias.

• **Reserva de Mercado:** O texto privilegia a empresa nacional, mas não estabelece reserva de mercado para áreas específicas.

• **Reforma Agrária:** A desapropriação é por interesse social somente em terras improdutivas, mediante justa indenização. Em terras nuas a indenização é em títulos da dívida agrária, mas as benfeitorias são pagas em dinheiro e é assegurada ampla defesa ao desapropriado. O texto deixa à legislação complementar, conceituar o que é propriedade improdutiva.

• **Mandato do Presidente Sarney:** Não se manifesta.

• **Sistema de Governo:** Parlamentarista, não passível de emenda, revogando-o até cinco anos de sua instalação. O Primeiro-Ministro é o Chefe do Governo e o Presidente é o Chefe do Estado. O Congresso pode derrubar o Gabinete mediante voto de desconfiança.

• **Estados:** Cria a Comissão de

Revisão Territoriais do País, para apresentar estudos e examinar propostas de criação de novos Estados, num prazo máximo de um ano.

• **Sistema Financeiro:** Estabelece as condições de interesses nacionais, acordos internacionais e critérios de reciprocidade, para a participação de capital estrangeiro nas instituições financeiras do País. Proíbe que se abram novas agências bancárias estrangeiras no Brasil, antes da regulamentação destes critérios.

• **Anistia:** Assegura a reintegração com direitos e vantagens inerentes ao efetivo exercício da função, a todos os punidos por critérios políticos a partir de setembro de 1946. Conceito de Empresa Nacional: Diferencia empresa nacional de empresa nacional com capital estrangeiro. A empresa nacional é aquela pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País, ou por entidade de direito Público Interno.

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, recebeu ontem, em seu escritório no Banco do Brasil, o resultado dos trabalhos do Grupo dos 32, sob a liderança do senador José Richa (PMDB-PR), batizado de Projeto Hércules.

O texto, que tem 269 artigos, traz 12 itens polêmicos da Constituinte parcial ou totalmente identificados com o Grupo do Consenso, liderado pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) e pode influir decisivamente na elaboração do substitutivo ao Projeto de Constituição de Bernardo Cabral, face à representatividade dos dois grupos dentro da Constituinte.

Após receber o projeto, o próprio Cabral reconheceu sua força: "O apreço que esse grupo recebe está demonstrado nas presenças do deputado Ulysses Guimarães (presidente da Constituinte) e do senador Afonso Arinos (presidente da Comissão de Sistematização), figuras máximas desta Assembleia. A presença desta aqui dá a dimensão exata da acolhida deste trabalho".



Segundo o deputado Antônio Brito (PMDB-RS), do Grupo do Consenso, cinco itens foram totalmente fechados pelos dois grupos: anistia, comunicação, questão urbana, saúde e presença do Estado na economia. Os sete itens restantes, entre eles reforma agrária, reserva de mercado e sistema financeiro, já têm 80% de convergência entre as propostas dos dois grupos e deverão formar um consenso até o dia 23, prazo em que o substitutivo do relator será apreciado e emendado pela Comissão de Sistematização.

Sobre o aproveitamento do Projeto Hércules em seu substitutivo, Cabral prometeu inserir todas as propostas convergentes como esboço que vem preparando junto com os quatro relatores-adjuntos: "No que houver divergência entre o nosso trabalho e o do Projeto Hércules, isto será levado às lideranças partidárias no próximo dia 20, para ser negociado".

Ele lembra, no entanto, que além do trabalho desses grupos, existem cerca de 15 mil emendas de plenário e mais 80 emendas populares a serem examinadas. "A premissa que estabelecemos para as emendas populares, por exemplo, é que elas tenham um peso forte dentro da Constituinte. Assim, elas serão consideradas dentro desse processo de negociação".

## Cabral define onde há acordo

Bernardo Cabral adiantou ontem três propostas (sobre a anistia, reforma agrária e estabilidade no emprego) consideradas como as mais próximas do consenso, podendo constar de seu substitutivo ao Projeto de Constituição, que será discutido previamente segunda-feira, com as principais lideranças do PMDB.

Sobre a reforma agrária, a idéia é estabelecer a imissão da posse, com um prazo fatal para a sua indenização, feita através de uma Vara especial a ser criada no âmbito da Justiça Agrária. A Justiça caberia três decisões: anular a desapropriação, por considerar que ela não cumpre o preceito da função social; obrigar o Estado a indenizá-la em dinheiro por tratar-se de terra produtiva ou determinar a sua indenização em títulos da dívida agrária.

Sobre estabilidade, deve prevalecer a proposta levada pelo ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, que evita as demissões imotivadas através de uma indenização progressiva ao tempo de serviço do empregado. Segundo o relator, deve cair o atual Projeto de Constituição a jornada de trabalho de 40 horas semanais, es-

tabelecendo-se o princípio da duração flexível da jornada de acordo com cada categoria profissional. Já para a anistia, a preferência é pela proposta do senador José Agripino Maia (PMDB-RN), beneficiando apenas os militares graduados — cabos, soldados, sargentos e tenentes —, que seriam promovidos e imediatamente passados à reserva remunerada. A tese não concede indenização em dinheiro e nem a volta ao serviço ativo.

**Reunião**  
Cabral, que já tem mais da metade de seu esboço de substitutivo pronto, confirmou a reunião de segunda-feira à noite, na casa do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para uma conversa prévia com os ministros e as principais lideranças do PMDB, sobre o projeto que irá submeter às lideranças partidárias da Constituinte no dia 20. Para o parlamentar, o seu substitutivo chegará em plenário com 90% do consenso das lideranças, o que facilitará o processo de votação da nova Carta, permitindo que esta seja promulgada mesmo no dia 15 de novembro, data defendida com frequência por Ulysses.



Crianças alteram rotina do Congresso e pedem garantias

## Comissão recebe vinte emendas no último dia

A Assembleia Nacional Constituinte recebeu um total de 100 emendas populares — 20 foram apresentadas ontem. Entre elas está a que trata dos direitos e garantias da criança e do adolescente, com mais de 60 mil assinaturas, e a que estabelece eleições diretas para Presidente em 15 de novembro de 88, com 96.863 adesões, promovida pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e Associação dos Arquitetos do Brasil.

As mais polêmicas apresentadas ontem são as que prevêm reforma agrária somente nas terras inexploradas; a que estabelece eleições diretas para Presidência da República e Congresso Nacional, 60 dias após a promulgação da Constituição, e a que pede a suspensão do pagamento da dívida externa.

A Sociedade Rural Brasileira e Organização Brasileira de Cooperativas Agrícolas apresentaram proposta, com 43.275 assinaturas, estabelecendo uma política de incentivo agrícola e a realização da reforma agrária somente em terras ociosas. A emenda dos proprietários de terra é oposta à proposta da Contag, que atingiu mais de 1,2 milhão de assinaturas de apoio a desapropriação de todas as terras improdutivas e limitando a propriedade rural a 50 módulos fiscais.

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) apresentou a proposta de democratização dos meios de comunicação, com 32.379

signatários. A emenda tem apoio de outras oito entidades e prevê a criação do Conselho Nacional de Comunicação, que decidirá, com a aprovação do Congresso Nacional, sobre a concessão de canais de rádio e televisão.

### Excepcionais

A Associação Canoense dos Deficientes Físicos encaminhou emenda pedindo o pagamento de um salário mínimo por mês a todos os excepcionais. Com 48.877 assinaturas, a proposta prevê que o pagamento vitalício da pensão será responsabilidade da Previdência Social.

### Redivisão

A redivisão territorial também foi tema de duas emendas apresentadas ontem. A primeira é contra a divisão da Bahia no Estado de Santa Cruz e foi promovida pela Assembleia Legislativa de Salvador, Governo do Estado e Federação do Comércio da Bahia, que conseguiram mais de 436 mil assinaturas de apoio. Ao mesmo tempo, foi encaminhada a proposta que cria o Estado de São Francisco (desmembramento do norte de Minas Gerais e sul da Bahia), com 47 mil signatários.

### Dívida externa

A suspensão do pagamento da dívida externa, está prevista na emenda promovida pela Confederação Nacional das Associações dos Moradores, que colheu 41.441 assinaturas. A justificativa é a de que a «dívida externa já foi paga» e, por isso, as disposições transitórias da futura Carta deve incluir o artigo.

## Covas volta à cena e encontra Ulysses

Na próxima segunda-feira, o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, se encontrará com o presidente do partido, Ulysses Guimarães, para examinar as emendas negociadas entre os grupos interpartidários e as populares. Será a sua reentrada na cena política depois de passar um período nos bastidores durante as negociações. Sua aparição principal, porém, seus aliados estão deixando para o plenário, na discussão do projeto final. Ali será o palco em que esperam ver brilhar definitivamente a estrela ascendente do PMDB.

Ontem, Covas voltou ao plenário e fez um rápido pronunciamento. Era uma questão protocolar: defender e reafirmar em nome da bancada apoio ao relator Bernardo Cabral, envolvido na véspera com grupos de pressão. Feito isso, o líder voltou ao seu gabinete.

«O Covas não poderia marcar posição agora. Ele é quem poderá comover o plenário», avisa o vice-líder Antônio Perosa.

Por isso, as negociações ficaram a cargo de José Richa, Euclides Scalco, Antônio Britto e outros cujas posições são conhecidas e as ligações com Covas mais claras ainda. Como o líder do PMDB, Covas não poderia deixar de defender as suas posições, ao entrar no debate, e correr o risco de ampliar mais ainda as áreas de atrito que foram criadas até agora, nessa fase de entendimento e composição.

Redigidos os textos das negociações, Covas volta à cena, recupera o lugar que cedeu aos vice-líderes e passa a encaminhar as questões diretamente junto ao presidente do partido e do PMDB. E, no plenário, enfim, seus aliados esperam que ele tenha o mesmo desempenho de oratória.

## Cardoso Alves diz que Afif fez sabotagem

«Fui sabotado», reagiu ontem o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) ao constatar que o deputado Afif Domingos (PL-SP) não reservara o auditório do Hotel Carlton para a solenidade de lançamento do Grupo Centrista que pretende lutar pela livre iniciativa e pela retirada do assunto reforma agrária da Constituição. «O Afif, que mora no Hotel Carlton, me sabotou. Era ele quem ia organizar a solenidade», disse Cardoso Alves, ao voltar ao hotel.

Mas não foi só Afif Domingos quem inviabilizou a reunião para o lançamento dos «Cowboys».

## Negada tentativa de suborno

O deputado Bernardo Cabral refutou ontem com veemência, a informação de que teria sofrido suborno por parte da Souza Cruz e R.J. Reynolds, companhias que dividem o mercado de cigarros do País, afirmando que houve confusão no noticiário sobre um encontro seu com representantes do setor publicitário.

Bernardo Cabral foi quem teve a iniciativa de procurar os jornalistas, logo pela manhã, para fazer o desmentido — que, depois, à tarde, reiteraria na sessão da Constituinte —, informando que os publicitários lhe levaram a reivindicação de revogação do parágrafo único, do Artigo 404, do Projeto de Decisão. Este parágrafo proíbe a propaganda comercial de medicamentos, formas, de tratamento de saúde, tabaco, bebidas alcoólicas e agrotóxicos.

Ao reconstituir a conversa com esse grupo de publicitários, à porta do plenário da Câmara dos Deputados, quarta-feira, Bernardo Cabral afirmou que eles reivindicaram a revogação do parágrafo, pois a permanência dele seria por demais prejudicial às indústrias

## Militar tenta mudar emenda

O assessor parlamentar do ministro da Aeronáutica, coronel Pedro Josino Cordeiro, foi surpreendido, quarta-feira à noite, por volta das 20 horas, no gabinete do senador José Agripino (PFL-RN), modificando teor da emenda da anistia que já havia sido aprovada pelos grupos do «Consenso» e dos «32», liderado pelo senador José Richa.

O fato foi relatado ontem pelo capitão-de-corveta Miguel Camolez, que diz ter ido ao gabinete do senador, a convite deste para conversar sobre o assunto, quando informaria que a Federação das

Associações de defesa da Anistia (Fada) não estava de acordo com a fórmula de anistia aprovada pelos dois grupos de constituintes.

Miguel Camolez garantiu ter visto o coronel Pedro Josino Cordeiro suprimindo da emenda o benefício da anistia para os punidos por atos administrativos, em decorrência de motivação política, e a menção às promoções e a restrição para pagamento aos cassados dos soldos atrasados, suspensos no período da punição. O coronel Pedro Josino, disse estar «cumprindo ordens».

## Constituintes prestigiam Frota Neto

Na concorrida noite de autógrafos que marcou ontem o lançamento do livro «Era quase sempre sábado em Macambira», escrito por Frota Neto atual secretário de Imprensa da Presidência da República, o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto esperou, pacientemente, sua vez de cumprimentar o autor.

Neto, careense de Macambira, escreveu o livro quando morava em Genebra e atuava como correspondente de dois jornais brasileiros. Dezenas de constituintes foram ao lançamento, entre eles o deputado Ulysses Guimarães.



Ficção atrai até ministro